

A nova morfologia do trabalho, informalidade e precarização*

The new morphology of work, informality and precariousness

Pedro Queiroz**

A cena mostra um homem de pele escura e roupa encardida no ato de carregar um pesado saco de carvão enquanto sobe uma escada de pedreiro. A escada está apoiada sobre uma pilha de sacos no topo da qual o homem irá depositar o que carrega. É difícil entender como esse homem consegue manter o equilíbrio e não despenca da escada. O esforço realizado se reflete na contração do músculo da perna, visível no detalhe do instante capturado. Em entrevista ao jornal *Brasil de Fato*, o fotógrafo João Zinclar relata ter sofrido ameaças de morte durante o trabalho de registro das carvoarias de Buritirama/BA, série à qual pertence essa imagem.¹ Sua escolha para ilustrar a capa de *Ri-*

queza e Miséria do Trabalho no Brasil II mostra-se acertada não apenas pela justa homenagem a João (falecido em um acidente em janeiro de 2013), mas também por servir de exemplo do corajoso ato de lançar luzes sobre o “ambiente recôndito da produção” (Marx), que traduz, afinal, a grande ambição desse livro.

A obra reúne 24 artigos dispostos em três partes inter-relacionadas. A primeira delas é dedicada a meta-análises sobre as determinações gerais do processo de transformações recentes do “mundo do trabalho”. Já a segunda apresenta uma série de estudos de caso envolvendo ao todo sete setores produtivos (petroquímica, metalurgia, setor aeronáutico, educação, setor fumageiro, hotelaria e agronegócio) e a terceira foca nas ações coletivas e de resistência dos trabalhadores.

No artigo de abertura, *A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências*, Ricardo Antunes retoma o diálogo crítico que vem realizando ao longo de sua obra com a literatura relacionada às teses do fim do trabalho. A fase de reestruturação produtiva é entendida como subordinada às necessidades colocadas pela crise de acumulação do capital em escala mundial, tendo como uma espécie de marco inicial a chamada crise do petróleo de 1973. O autor destaca como características do momento atual as tendências à precarização e informalização do trabalho, bem como a expulsão de um contingente crescente de pessoas tornadas redundantes para o mercado de trabalho. Nesse contexto, são reforçadas e ampliadas as formas de geração de valor a partir

* ANTUNES, Ricardo (Org.). Resenha de *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013. 447 p. (Col. Mundo do Trabalho.)

** Sociólogo e pós-graduando em Sociologia no IFCH/Unicamp, Campinas/SP, Brasil. E-mail: pedroqueirozpedro@hotmail.com.

1. Livro fotográfico registra luta em defesa do Velho Chico. *Brasil de Fato*, 8 nov. 2010.

da exploração do trabalho, ainda que sob formas “invisíveis”.

A questão do desemprego, tornado estrutural na nova configuração, é abordada por diferentes vias nos artigos *A precarização social do trabalho no Brasil*, de Graça Druck, e *Cárcere e trabalho*, de Isabella Jinkings.

No artigo de Druck é analisada a instauração do que a autora denomina nova precarização do trabalho no Brasil, isto é a “[...] institucionalização da flexibilização e da precarização modernas do trabalho, renovando e reconfigurando a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada [...] pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais”. Ao destacar os aspectos de continuidade do processo de precarização da década de 1990 aos dias atuais e ao analisar os impactos da crise de 2008 sobre os níveis de emprego e condições de trabalho, a autora nos chama a atenção para as insuficiências e fragilidades dos movimentos mais recentes de criação de postos de trabalho no Brasil e na América Latina.

Ao refletir sobre as relações entre modo de produção capitalista e formas de punição, Jinkings revela como a passagem dos modelos prisionais anteriores (baseados na punição à indolência e ressocialização para o trabalho), para o atual regime de “megaencarceramento” e criminalização da pobreza está relacionada à configuração atual na qual o problema não é mais a falta de braços para o trabalho (como era o caso da Europa do século XVI), mas a incapacidade crônica de sua absorção pelo mercado.

Observa-se na segunda parte do livro a viabilidade e pertinência da noção expandida da classe trabalhadora como *classe-que-vive-do-trabalho*, já que a consideração da realidade vivida por trabalhadores de setores produtivos os mais diversos revelam a ocorrência de várias situações em comum. Tome-se como exemplo a questão da intensificação do trabalho e seus efeitos sobre a subjetividade e o corpo do trabalhador. Em “Camareira não pode ter dor nas costas, mas a gente tem!” Kaliani Rocha analisa o processo de trabalho de camareiras do setor hoteleiro em Recife, enfatizando o papel dos riscos ergonômicos e da sobrecarga de trabalho relacionados ao adoecimento nessa categoria predominantemente feminina e “invisibilizada”. Para mencionarmos apenas um dado, considere-se que de um universo de 13 camareiras entrevistadas para a pesquisa, duas haviam desenvolvido Lesão por Esforço Repetitivo (LER) de nível 4, o mais alto da escala (o que significa deformidades e edemas). No artigo *Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador na agroindústria avícola*, de Marco Neli e Vera Navarro, são investigadas as condições de trabalho em uma unidade de abate e processamento de aves no Paraná. Trata-se de um dos setores mais dinâmicos da acumulação capitalista no país, sendo que desde 2004 o Brasil ocupa a posição de maior exportador mundial de aves. O trabalho se desenvolve aí em grande medida sob os moldes do “velho” taylorismo fordismo, com execução de tarefas repetitivas, ritmo intenso e supervisão rígida. Em algumas

seções de trabalho, o ambiente é insalubre, exposto a baixíssimas temperaturas e forte ruído. Um dos depoimentos recolhidos demonstra os efeitos extremos causados pela sujeição e controle do tempo pelo capital que se estendem para além mesmo do ambiente de trabalho. É o relato de E. A., 25 anos, que conta a história de um colega que acordou sobressaltado às 18:30 e, vendo o céu escuro, acha que perdeu a hora para o seu turno que começa às 4:30. O equívoco só é percebido quando o trabalhador dá entrada no frigorífico e não encontra nenhum de seus colegas.

“*Quanto mais se corta, mais se ganha*”, de Juliana Guanais, analisa o trabalho dos cortadores de cana no interior de São Paulo submetidos ao regime de salário por peça ou produção. Essa modalidade de assalariamento vincula o pagamento recebido à quantidade produzida no dia de trabalho. Seu emprego pelo setor sucroalcooleiro se dá no contexto de reestruturação produtiva desse ramo a partir da década de 1990, respondendo às necessidades de competitividade. Além de favorecer a prática de fraudes, já que a medição da produção é feita por representantes das empresas, o salário por peça impõe uma lógica perversa, através da qual é criada uma identidade de interesses fictícia em torno do aumento da produção, igualmente desejáveis por trabalhador e

empresa. Em termos imediatos isso significa a intensificação do trabalho, levando, no limite, à perda precoce da capacidade de trabalho e à morte (segundo dados citados pela autora, entre as safras de 2003-2004 e 2007-2008, 21 trabalhadores morreram em decorrência do excesso de trabalho no corte da cana em São Paulo).

Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil oferece um painel bastante representativo dos sofrimentos, resistências e lutas do trabalho no Brasil e no mundo. Traz ainda as importantes contribuições de Pietro Basso (Itália), Elísio Estanque (Portugal), Adrián Sotelo (México), Sadi Dal Rosso, Henrique Amorim, Frederico Romão, Adriano Santos, Geraldo A. Pinto, Stela de Godoi, Lívia Moraes, Aparecida Neri de Souza, Sergio A. de Almeida, Simone Wolff, Andreia de Faria, Fabiane Previtali, Antonio Thomaz Junior, Andréia Galvão, Edilson José Gracioli, Jair Batista da Silva e Filipe Raslan. Oferece, assim, várias possibilidades de apreensão, facultando ao leitor interessado a tarefa de identificar os elementos de unidade na diversidade de formas de ser da classe trabalhadora.

Recebido em 31/3/2014



Aprovado em 14/4/2014